

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
48ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE – MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
DANILO SIQUEIRA DE CASTRO FARIA**



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)

Lei de Criação nº 12.616, de 30-4-2012
Data da instalação: 17-12-2013
Data de implantação do PJe: 24-3-2015

Jurisdição: Belo Horizonte.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 21-5-2021, p. 3.

ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 10-7-20

Às 13 horas do dia onze de junho de 2021, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Maristela Iris da Silva Malheiros**, Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Zoom, instituída pelo Ato Conjunto TST/CSJT/GP Nº 54, de 29 de dezembro de 2020 na 48ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, situada na Rua Mato Grosso, 468 – 14º andar, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico o MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **Danilo Siqueira de Castro Faria**; o MM. Juiz do Trabalho Substituto, Dr. **Fábio Gonzaga de Carvalho**; o Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Jonas Dutra de Resende; os servidores Adriane Garcia Pereira, Francisco Luiz de Carvalho, Lisiane Aguiar Henrique, Luciano Santos Nascimento, Lucyane Silvestre Alvarenga, Márcio Costa Armond e Rodrigo de Oliveira Campolina e a estagiária Joelma Gonçalves de Souza Teixeira. Ausente a servidora Fernanda Nogueira Amaral, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 371 processos, distribuídos neste ano até o dia 2-6-2021, apurando-se a média de 3,8 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 19 cartas precatórias, dentre elas 8 executórias, até o dia 2-6-2021, das quais 11 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 559 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 115 processos foram remetidos neste ano até o dia 2-6-2021.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 20 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 37 processos com perícia designada, aguardando laudo.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constatam 194 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 29 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 96 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas - NUGEPNAC, não há processo sobrestado já julgados, com incidente de Repercussão Geral, pelo STF.

Seguem orientações do Nugepnac que devem ser observadas, conforme e-mail previamente remetido para a unidade organizacional.

OBSERVAÇÕES GERAIS:

Temas julgados da Repercussão Geral: 13; 18; 25; 28; 32; 45; 106; 112; 131; 137; 149; 152; 190; 191; 246; 253; 308; 355; 361; 368; 383; 494; 497; 505; 511; 521; 550; 551; 606; 679; 725; 739; 808; 810; 841; 850; 853; 864; 897; 932; 958; 985; 990; 992; 994; 1037; 1075; 1092.

Temas julgados de Recurso de Revista Repetitivos: 1; 2; 4; 5; 6; 7; 10; 12; 14; 17

OBS. O Tema 13 de IRR/TST foi julgado. Porém, o STF determinou a suspensão de todos os processos que versam sobre a matéria.

A diretriz sugerida pela 1ª Vice-Presidência deste Regional quanto ao momento do encerramento do sobrestamento, alinhada com o posicionamento do STF, comunicada aos Magistrados nos Ofícios Circulares n. GVP1/7/2019 e GVP1/8/2019, é nos seguintes termos: “O marco temporal a ser considerado para o dessobrestamento e prosseguimento dos processos suspensos em razão de recurso extraordinário com repercussão geral” deve ser a publicação da ata de julgamento em sessão plenária. Em relação aos casos repetitivos do TST e deste TRT, o momento a ser considerado para o dessobrestamento e prosseguimento dos processos é a data da publicação do acórdão de mérito.

Os lançamentos de sobrestamento em virtude de julgamentos de repercussão geral e de casos repetitivos devem ser **confirmados diariamente no sistema SJV/SJVPI**, nos termos do art. 13, § 2º, da Resolução CNJ n. 235/2016. Os processos com sobrestamento genérico (assim chamados aqueles que não decorrem de repercussão geral, IRRR, IRDR e IAC), devem ser **ignorados também diariamente**.

OBSERVAÇÕES/ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS:

1) Processo suspenso pelo Tema 739. Encerrar o sobrestamento no SIAP1.

Conforme planilha anexa, o processo 0001855-44.2014.5.03.0186 está com a informação de sobrestamento pelo Tema 739. O Tema da repercussão geral n. 739 foi apreciado pelo STF em 11/10/2018, com publicação do acórdão pertinente em 6/3/2019, operando-se o trânsito em julgado em 14/3/2019.

Em consulta ao site deste Regional, verifica-se que referidos autos retomaram o andamento. Porém, não houve o lançamento do encerramento do sobrestamento no SIAP1 pelo Tema 739.

Orientação: registrar o **encerramento do sobrestamento no SIAP1** para correta informação dos dados ao CNJ.

2) Lançamentos que devem ser ignorados no sistema SJVPI.

Há apenas 3 (três) processos sobrestados que devem ser ignorados no SJVPI . Aludidos processos estão suspensos por motivos diversos dos que constam na Res. CNJ 235/2016.

Orientação: ignorar os processos no sistema SJVPI, mediante funcionalidade “Ignorar sobrestamento(s)”.

Processos examinados na correição:

- 0010045/19, 0010121/20, 0010431/20, 0010138/21, 0010994/19 e 0010645/19: Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.

- 0010085/20, 0011061/19, 0010003/20 e 0010650/19: Tema 1022 – Dispensa imotivada de empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista admitido por concurso público.

Recomenda-se que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema e-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema e-Gestão 1º Grau (http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg> , sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019 e 41,39% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 40% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Belo Horizonte - 48a Vara						
	Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	2020	1º trim/2021 (01/04/20 a 31/03/21)
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)		28,76	30,63	29,27	27,75	43,50	44,79

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2021 até 2-6-2021)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	212
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	205
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	21

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas:

Processos sem audiência designada aguardando 1ª sessão de audiência e aguardando encerramento de instrução: são os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	23
--	----

Abaixo tabela dos processos mais antigos sem audiência designada aguardando 1ª sessão de audiência e aguardando encerramento de instrução com o referido prazo, com mais de 300

dias, tendo a listagem completa sendo remetida previamente via e-mail institucional para a unidade organizacional:

Processo	Classe	Tarefa	Dias
0011075-90.2019.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências	330
0010344-60.2020.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo	323

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2014	1	7
2017	7	4
2018	6	3
2019	43	2
2020	170	1
2021 – ano de referência	211	
TOTAL	438	0,71

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de junho até o dia 2-6):

Processo	Classe	Tarefa
0002945-87.2014.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010403-53.2017.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011348-40.2017.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011356-17.2017.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011470-53.2017.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento

0011557-09.2017.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011665-38.2017.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando audiência
0011666-23.2017.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010295-88.2018.5.03.0024	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010433-54.2018.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010509-78.2018.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010862-21.2018.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Preparar expedientes e comunicações
0010936-75.2018.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010975-72.2018.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010024-44.2019.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010045-20.2019.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010304-15.2019.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0010367-40.2019.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Preparar expedientes e comunicações
0010389-98.2019.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010398-60.2019.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	528

FASE	Situação	Quantidade de processos
------	----------	-------------------------

LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	109

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	0
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	341

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	21

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019 e 63,28% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 57% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	2020	1º trim/2021 (01/04/20 a 31/03/21)
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	61,44	53,04	58,40	52,63	56,26	59,50

Existem 644 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 462 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 84 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 98 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2021 até 02/06/2021

No ano anterior, até dia 02/06/2020 - havia 610 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 433 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 112 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 65 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de junho até o dia 2-6):

Processo	Classe	Tarefa
0010332-22.2015.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0010037-34.2015.5.03.0008	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Análise
0000479-86.2015.5.03.0186	Execução Provisória em Autos Suplementares	CERTIDÃO TEXTO LIVRE
0010163-35.2015.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010623-22.2015.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0011236-42.2015.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando final do sobrestamento
0010518-45.2015.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito	Conclusão ao magistrado

	Ordinário	
0010343-51.2015.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011199-15.2015.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Preparar expedientes e comunicações
0011311-81.2015.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010165-05.2015.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011175-84.2015.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando final do sobrestamento
0010726-29.2015.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Conclusão ao magistrado
0010233-18.2016.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0011071-92.2015.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0010977-47.2015.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Preparar expedientes e comunicações
0010843-20.2015.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010810-93.2016.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Conclusão ao magistrado
0010473-07.2016.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Análise
0011271-65.2016.5.03.0186	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando final do sobrestamento

1º grau

Fase de Execução

Período de referência de 01/04/21 a 30/04/21

Descrição da Vara	Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Pendentes de Baixa
Belo Horizonte - 48a Vara	9	6	341

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados) extraídos do sistema e-Gestão (dados apurados no mês de junho até o dia 2-6):

	2020	2021
01-JANEIRO	26	8
02-FEVEREIRO	41	22
03-MARÇO	41	12
04-ABRIL	10	13
05-MAIO	25	10
06-JUNHO	28	5
07-JULHO	23	
08-AGOSTO	27	
09-SETEMBRO	33	
10-OUTUBRO	30	
11-NOVEMBRO	28	
12-DEZEMBRO	15	
Totais	327	70

	2020/ 01	2020/ 02	2020/ 03	2020/ 04	2020/ 05	2020/ 06	2020/ 07	2020/ 08	2020/ 09	2020/ 10	2020/ 11	2020/ 12	2021/ 01	2021/ 02	2021/ 03	2021/ 04	2021/ 05	2021/ 06
					2					1								
ANIELLY VARNIER COMÉRIO MENEZES SILVA																7		
AUGUSTO PESSOA DE MENDONÇA E ALVARENGA																4		
CIRCE OLIVEIRA ALMEIDA BRETZ												12	1					
DANILO SIQUEIRA DE CASTRO FARIA													2					
FABIO GONZAGA DE CARVALHO	26	41	41	10	11	28	23	27	33	29	28	3	5	22	12	2	10	5
ISABELLA SILVEIRA BARTOSCHIK					12													
Totais	26	41	41	10	25	28	23	27	33	30	28	15	8	22	12	13	10	5

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (dados apurados no mês de junho até o dia 2-6):

	2020	2021
01-JANEIRO	48	31
02-FEVEREIRO	77	39
03-MARÇO	26	34
04-ABRIL	8	33
05-MAIO	20	26
06-JUNHO	30	3
07-JULHO	69	
08-AGOSTO	18	
09-SETEMBRO	47	
10-OUTUBRO	55	
11-NOVEMBRO	35	
12-DEZEMBRO	23	
Totais	456	166

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 2-6-2021, existem 41 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	8
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	21
Tutelas Provisórias Pendentes	12
Total	41

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 11-6-2021 havia 9 processos:

- a) procedimento sumaríssimo:** 3 processos;
- b) procedimento ordinário:** 3 processos;
- c) instrução:** 3 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010306/21, 0010312/21, 0010318/21, 0010315/21, 0010282/21, 0010319/21, 0010856/20, 0010551/20 e 0010034/21.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010315/21, 0010282/21 e 0010319/21: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 9-6-2021, 45 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 6 processos.

Exame dos autos dos processos do PJe: 0010286/21, 0010346/21, 0010136/21, 0010301/21, 0010267/21, 0010335/21, 0010205/21, 0010182/21, 0010076/21, 0010223/21, 0010045/19, 0010121/20, 0010431/20, 0010138/21, 0010994/19, 0010645/19, 0010085/20, 0011061/19, 0010003/20, 0010650/19, 0010185/21, 0010173/21, 0010237/21, 0010197/21, 0010100/21, 0010143/21, 0010093/21, 0010456/20, 0010083/21, 0010757/20, 0010004/21, 0010181/21, 0010238/21, 0010219/21, 0010007/21, 0010128/20, 0010380/20, 0011008/19, 0010141/21, 0010157/21, 0010155/21, 0010052/21, 0010322/20, 0010783/19, 0010641/20, 0011158/16, 0010267/20, 0010405/20, 0010109/19, 0010660/19, 0010588/20, 0010541/20, 0010506/20, 0010600/20, 0010771/20, 0010472/18, 0010527/19, 0010226/20, 0011115/16, 0010050/19, 0010150/21, 0010021/21, 0010265/21, 0010259/21, 0010274/21, 0010221/21, 0010247/21, 0010244/21, 0010152/21, 0010194/21 e 0010879/19.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010185/21, 0010173/21, 0010237/21, 0010197/21, 0010100/21, 0010143/21 e 0010093/21: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias;

- 0010128/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 150998b (mais de 40 dias);

- 0010641/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 0a4d3f3 (mais de 40 dias);

- 0011158-14/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 7ae1c4d (mais de 30 dias);
- 0010109/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 800e8ab (mais de 10 dias);
- 0010588/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 9957f90 (mais de 10 dias);
- 0010771/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id a8fb8c4 (mais de 40 dias);
- 0010527/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id aebda81 (mais de 60 dias);
- 0010050/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 36efddf (mais de 30 dias).

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 5 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa	Fase
0001205-94.2014.5.03.0186	Aguardando prazo	Liquidação
0010273-29.2018.5.03.0186	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0010673-14.2016.5.03.0186	Aguardando prazo	Conhecimento
0011648-02.2017.5.03.0186	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0011784-33.2016.5.03.0186	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 2 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa	Fase
----------	--------	------

0010680-98.2019.5.03.0186	Aguardando prazo	Liquidação
0010903-90.2015.5.03.0186	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo/ordinário	26	47	40
Instrução processo físico	1.698	0	0
Instrução processo eletrônico	151	164	142

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo	11	15	30-6-21 – 13 dias
Procedimento Ordinário	20	22	2-7-21 - 15 dias
Instrução	72	106	17-12-21 - 129 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2021 até 2-6-2021).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	317	146

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corri-

		dos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	77	156

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	25	665
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	1	0

No ano atual, apurou-se que, até o dia 02/06/2021, com 97 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano Atual	Média dia/útil
Julgados procedentes	11	0,113
Julgados procedentes em parte	78	0,804
Julgados improcedentes	65	0,67
Extintos com resolução de mérito	0	0
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	154	1,588
Extintos sem resolução de mérito	6	0,062
Arquivamento	16	0,165
Desistência	17	0,175

Outras decisões sem resolução de mérito	15	0,155
Total sem resolução de mérito	54	0,557
Decisões de conhecimento	208	2,144
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	59	0,608
Decisões na fase de execução	36	0,371
Total	303	3,124

No ano 2020, apurou-se que, em 235 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	2020	Média/dia útil
Julgados Procedentes	81	0,345
Julgados procedentes em parte	138	0,587
Julgados Improcedentes	117	0,498
Extintos com resolução de mérito	2	0,009
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com resolução de mérito	338	1,438
Extintos sem resolução de mérito	18	0,077
Arquivamento	33	0,14
Desistência	32	0,136
Outras decisões sem resolução de mérito	46	0,196
Total sem resolução de mérito	129	0,549
Decisões de conhecimento	467	1,987
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	129	0,549

Decisões na fase de execução	129	0,549
Total	725	3,085

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – No período de 01/05/2021 até 31/05/2021, com 21 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	2	0,095
Conciliação em execução	3	0,143
*Encerramento de instrução	5	0,238
Inicial / Inicial (rito sumaríssimo)	44	2,095
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução /Instrução (rito sumaríssimo)	43	2,048
Una /Una (rito sumaríssimo)	43	2,048
Total	135	6,4

* Os encerramentos de instrução não são totalizados

No mês de maio de 2021, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 20 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução. (dados apurados no mês de junho até o dia 2-6):

	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
01-JANEIRO	21	10	1	1	1	1
02-FEVEREIRO	29	32	6	4		1
03-MARÇO	12	31	1	1	2	7
04-ABRIL	5	25	2		1	2
05-MAIO	13	24	3	2	2	3
06-JUNHO	14	6	1		1	
07-JULHO	34		1		3	
08-AGOSTO	12		2		1	
09-SETEMBRO	16		2			
10-OUTUBRO	30		1		3	
11-NOVEMBRO	24		3		1	
12-DEZEMBRO	26		1		1	
Totais	236	128	24	8	16	14

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04	2021/05	2021/06
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS												1						
ANIELLY VARNIER COMÉRIO MENEZES SILVA																8		
AUGUSTO PESSOA DE MENDONÇA E ALVARENGA																7		
CIRCE OLIVEIRA ALMEIDA BRETZ												22						
DANILO SIQUEIRA DE CASTRO FARIA									1				1					
ERICA APARECIDA PIRES BESSA										1								
FABIO GONZAGA DE CARVALHO	23	35	15	8	7	16	38	15	17	33	28	5	11	37	39	12	29	6
ISABELLA SILVEIRA BARTOSCHIK					11													
Totais	23	35	15	8	18	16	38	15	18	34	28	28	12	37	39	27	29	6

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram realizadas audiências, conforme abaixo (dados apurados no mês de junho até o dia 2-6):

	2020	2021
01-JANEIRO	70	33
02-FEVEREIRO	122	112
03-MARÇO	90	127
04-ABRIL	0	103
05-MAIO	3	135
06-JUNHO	54	12
07-JULHO	160	
08-AGOSTO	87	
09-SETEMBRO	105	
10-OUTUBRO	104	
11-NOVEMBRO	106	
12-DEZEMBRO	77	
Totais	978	522

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04	2021/05	2021/06
ALINE PAULA BONNA										1							
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS								1			1						
ANIELLY VARNIER COMÉRIO MENEZES SILVA															43		
AUGUSTO PESSOA DE MENDONÇA E ALVARENGA															26		
CIRCE OLIVEIRA ALMEIDA BRETZ											59						
DANILO SIQUEIRA DE CASTRO FARIA								4									
ERICA APARECIDA PIRES BESSA									1								
FABIANA MARIA SOARES									1								
FABIO GONZAGA DE CARVALHO	70	120	90	3	53	160	85	99	102	104	16	33	112	127	34	135	12
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA							2			1	1						
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS					1												

LILIAN PIOVESAN PONSSONI		2																
MARCELO SOARES VIÉGAS								1										
Totais	70	122	90	3	54	160	87	105	104	106	77	33	112	127	103	135	12	

Foram realizadas 45 audiências de 1º-6-2021 até o dia 10-6-2021 e designadas 110 de 11-6-2021 até do dia 30-6-2021. Em julho estão designadas 64 audiências.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (dados apurados no mês de junho até o dia 2-6):

	2020	2021
01-JANEIRO	60	27
02-FEVEREIRO	90	66
03-MARÇO	66	86
04-ABRIL	17	69
05-MAIO	20	54
06-JUNHO	38	19
07-JULHO	63	
08-AGOSTO	50	
09-SETEMBRO	43	
10-OUTUBRO	88	
11-NOVEMBRO	95	
12-DEZEMBRO	64	
Totais	694	321

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04	2021/05	2021/06
ALEXANDRE REIS PEREIRA DE BARROS		1																
ALEXANDRE WAGNER DE MORAIS ALBUQUERQUE										1							2	
ANGELA CASTILHO ROGEDO RIBEIRO																1		
ANIELLY VARNIER COMÉRIO																26	1	1

MENEZES SILVA																				
AUGUSTO PESSOA DE MENDONÇA E ALVARENGA																			13	
CHARLES ETIENNE CURY		1																		
CHRISTIANNE DE OLIVEIRA LANSKY		1																		
CIRCE OLIVEIRA ALMEIDA BRETZ												34	11							
CLAUDIO ROBERTO CARNEIRO DE CASTRO										1										
DANILO SIQUEIRA DE CASTRO FARIA														1						
FABIANA MARIA SOARES										1										
FABIO GONZAGA DE CARVALHO	59	87	66	16	7	38	63	50	41	84	85	30	15	66	86	29	49	18		
GLAUCO RODRIGUES BECHO									1											
HENRIQUE DE SOUZA MOTA	1																			
ISABELLA SILVEIRA BARTOSCHIK				1	13				1											
PEDRO PAULO FERREIRA										1										
RAFAELA CAMPOS ALVES											10									
VITOR MARTINS POMBO																			2	
Totais	60	90	66	17	20	38	63	50	43	88	95	64	27	66	86	69	54	19		

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período - os despachos nos termos do artigo 203, § 4º, do CPC não são contabilizados (dados apurados no mês de junho até o dia 2-6):

	2020	2021
01-JANEIRO	590	422
02-FEVEREIRO	762	771
03-MARÇO	770	1021
04-ABRIL	539	709
05-MAIO	951	932
06-JUNHO	1221	104
07-JULHO	1151	
08-AGOSTO	1024	

09-SETEMBRO	1039	
10-OUTUBRO	1035	
11-NOVEMBRO	1127	
12-DEZEMBRO	689	
Totais	10898	3959

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, mediante informação do Secretário da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas, durante a pandemia COVID-19, de segunda-feira a sexta-feira, a partir das 8h10min. O intervalo entre as audiências é de 20 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 5 minutos para as de procedimento ordinário e de 30 minutos para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Recomenda-se aos magistrados, quanto à residência, que cumpram a disposição contida no artigo 29, inciso V, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantenham o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

5. Produtividade –

Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

Movimentação Anual de Processos			
	2019	2020	2021 até 2-6
Processos recebidos	983	798	371
Média por dia útil	4,3	3,3	3,8
Processos remanescentes do ano anterior	321	274	444
Sentenças anuladas	2	11	3
Total de processos para solução	1.306	1.083	818
Processos solucionados	1.044	694	321
Processos conciliados	356	227	113

Produtividade	79,94%	64,08%	39,24%
---------------	--------	--------	--------

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 18,82% em relação ao número de processos recebidos no ano 2019. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2020 houve uma diminuição de 15,86%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2021 até 2-6-2021)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	113
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	321

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	321
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	374

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	37
---------------------	--	----

Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	34
----------------------	---	----

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2021 até 2-6-2021)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	528
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	322

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	341
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	60

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2021 até 2-6-2021)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	322
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	60
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	9

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	528
Pendentes de baixa na fase	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do	341

de execução	período de referência	
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	9

Perfil da Vara do Trabalho		Belo Horizonte - 48a Vara	
Indicadores / Período de referência		Ano 2020 01/01/2020 a 31/12/2020	1º trim 2021 01/04/2020 a 31/03/2021
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,29	0,85
	I02 - Pendentes	940	946
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	163,10	148,82
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	121,94	119,05
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	1.009,15	854,91
	I07 - Taxa de conciliação (%)	32,71	35,31
	I08 - Taxa de solução (%)	85,89	82,33
	I13 - Taxa de execução (%)	113,79	90,38
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	43,50	44,79
	I10 - Taxa de	56,26	59,50

	congestionamento na execução (%)		
	I11 - Produtividade por servidor	101,89	95,44
	I12 - Pendentes por servidor	93,89	94,11
Meso	Acervo	0,17	0,22
	Celeridade	0,40	0,38
	Produtividade	0,60	0,62
	Congestionamento processual	0,47	0,51
	Força de trabalho	0,48	0,49
Macro	IGEST	0,4233	0,4434
Posição IGEST		66	73
Movimentação processual		1001 a 1500	1001 a 1500

FONTE: Sistema e-Gestão (dados do último trimestre extraídos em 07/05/2021)

6. ARRECADAÇÃO – Ano 2020

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Valor pago aos reclamantes
R\$3.426.584,28	R\$941.813,69	R\$26.058.983,48

7. PORTARIAS – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho não há Portaria em vigor.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que em 8 foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foram observadas a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como a suspensão de prazos processuais e a realização de audiências no período de 7 a 20 de janeiro de 2021, nos termos do art. 775-A da CLT e as determinações referentes à pandemia COVID-19.

10. Gestão Estratégica

Meta 1 CNJ/2021: Julgar mais processos que os distribuídos – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

No ano 2021, até o dia 30-4-2021, o percentual alcançado foi de 85,98% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 93,86%.

Em 2020, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 82,35% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 86,78% (valor consultado em 16/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 2 CNJ/2021: Julgar processos mais antigos – Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019, nos 1º e 2º graus.

No ano 2021, até o dia 30-4-2021, o percentual alcançado foi de 93,39% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 81,94%.

Em 2020, quando a Meta era “era Identificar e julgar, até 31/12/2020, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2018, nos 1º e 2º graus.”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 104,63% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo o resultado deste Regional de 98,21%.

Meta 3 CNJ/2021: Estimular a conciliação – Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%.

No ano 2021, até o dia 30-4-2021, o percentual alcançado foi de 114,49% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 117,72%.

Em 2020, quando a Meta era “Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2017/2018”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 86,90% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 48,78%, conforme modelo de apuração do SIGEST/CSJT e 108,40% de cumprimento da meta, conforme modelo de apuração do CNJ, que utiliza como parâmetro a cláusula de barreira, que em 2020 foi de 45%. Ressalta-se que o indicador possui como meta o valor de 46,58% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 5 CNJ/2021: Reduzir a taxa de congestionamento – Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

Trata-se de uma nova meta para o exercício de 2021.

No ano 2021, até o dia 30-4-2021, o percentual alcançado na fase de conhecimento foi de 57,30% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 55,05%.

No ano 2021, até o dia 30-4-2021, o percentual alcançado na fase de execução foi de 79,91% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 71,50%.

Em 2020, a Meta 5 era “Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 118,64%, do valor da meta estipulado para o ano de 2020, tendo cumprindo a Meta. O resultado deste Regional foi de 101,95% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 6 CNJ – Em 2020, quando a Meta era “Identificar e julgar, até 31/12/2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau.” (VIGOROU ATÉ 2020).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 11 CNJ/2021: Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica – Alcançar 100% de processos judiciais eletrônicos em relação ao acervo total.

No ano 2021, conforme painel do CLEC – disponível na intranet esta unidade organizacional possui 6 processos migráveis.

Tempo médio de duração do processo – Fase de Conhecimento.

No ano 2021, até o dia 30-4-21, o tempo médio de duração do processo desta unidade está em 147 dias, sendo de 190 dias o resultado deste Regional para o mesmo período.

Em 2020, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2018, em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 163 dias, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 171 dias (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2020 era de 208 dias.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, seja observada a publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção e seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, ao Secretário e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC;

- 3) observadas as retificações do item 1.7 desta ata e, também, as informações encaminhadas pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas – NUGEPNAC, periodicamente à vara, referentes a processos já julgados pelo STF, para evitar o acúmulo desses processos;
- 4) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;
- 5) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;
- 6) saneados os processos incidentais, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;
- 7) envidados esforços para aumentar a produtividade, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata;
- 8) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;
- 9) envidados esforços para o cumprimento da **Meta 1 CNJ/ 2021**: Julgar mais processos que os distribuídos - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente e **Meta 3 CNJ/ - 2021**: Estimular a conciliação - Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%, tendo em vista que estas não foram atingidas no ano 2020;
- 10) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;
- 11) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional, videoconferência e por "WhatsApp Business", bem como cumprida a Instrução Normativa Conjunta GP.GCR.GVCR N. 70-2021 de 16 de março de 2021, que trata do atendimento telepresencial ao público externo por meio de Balcão Virtual no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho

da 3ª Região. Todos esses canais de atendimento ao público externo deverão ser utilizados durante o horário de expediente das unidades;

12) observada a Resolução Conjunta GP/GCR n. 136, de 27 de janeiro de 2020, a Vara do Trabalho deverá adotar as medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no Capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até que se efetive a liberação do acesso ao sistema Garimpo, as Varas do Trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/acesso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal), <https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

13) verificados os andamentos dos processos com audiências não designadas, conforme item 1.9 da ata e incluídos em pauta de audiência, no prazo de 7 (sete) dias;

14) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

15) cumprida a determinação constante do § 3º, do artigo 104, do Provimento Consolidado nº 3/2015, deste Regional, a saber: “inexistindo manifestação ou persistindo a divergência, o juiz, na hipótese de não se decidir pela homologação de um dos cálculos apresentados, nomeará, imediatamente, perito para elaborar laudo, em prazo prefixado segundo a complexidade do trabalho a ser executado”;

16) usados como ferramenta de auxílio na gestão da secretaria, os relatórios existentes no Painel de Produtividade, disponível na intranet deste Regional;

17) observados os lançamentos no PJe de acordo com o e-Gestão – 1º Grau, bem como suas atualizações, disponíveis na intranet – manuais e orientações – magistrados e servidores – 1) e-Gestão;

18) convocados todos os servidores da unidade judiciária a participarem dos cursos oferecidos pela Escola Judicial relacionados à utilização do PJe na gestão de vara, ao I-Gest e às ferramentas de pesquisa patrimonial, com vistas à necessária capacitação e ao constante aprimoramento dos serventuários para uma prestação jurisdicional cada vez mais adequada. O secretário da vara deverá enviar à Corregedoria Regional a relação dos servidores que participarão dos eventos, com a comprovação de sua presença e o respectivo aproveitamento no curso;

19) cumprida a Resolução 233, de 13-7-2016, do CNJ que dispõe sobre a criação de cadastro de profissionais e órgãos técnicos ou científicos no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus, disponível no sítio eletrônico <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal/0>, escolhendo e nomeando perito cadastrado, por nomeação direta do profissional ou por sorteio eletrônico, a critério do magistrado, observando o critério equitativo de nomeação em se tratando de profissionais da mesma especialidade;

20) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2020:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) envidados esforços para aumentar a produção, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata;

2) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.”

Partícipe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16,

disponíveis no link <http://www.agenda2030.org.br/ods/16/>, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 15h30min do dia onze de junho de 2021, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 86, publicado no DJe 21-5-2021, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e José Múcio Antônio Lambertucci.

MARISTELA IRIS DA
SILVA
MALHEIROS:30831806

Assinado de forma digital
por MARISTELA IRIS DA
SILVA MALHEIROS:30831806

Maristela Iris da Silva Malheiros
Desembargadora Vice-Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO
DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138

Assinado de forma digital por
MOZART SECUNDINO DE
OLIVEIRA JUNIOR:30831138
Dados: 2021.06.14 08:13:12 -03'00'

Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria